

Porto Alegre: “Aqui as mulheres não se escondem”*

Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira**

O presente artigo pretende examinar uma questão suscitada por uma pesquisa anterior que visou mensurar algumas das mudanças ocorridas na família e na condição da mulher, na sociedade brasileira.¹ A mensuração dessas mudanças foi feita por intermédio da construção de um Índice Cultural de Gênero (ICG), que foi calculado tomando como base as informações do **Censo Demográfico de 1991** para todos os municípios brasileiros.

As principais evidências empíricas observadas a partir do cálculo desse índice apontaram a clara influência dos processos de urbanização e de metropolização para a estruturação das mudanças na família e na condição da mulher. Essas mudanças encontraram o seu lugar preferencial de realização nas metrópoles brasileiras, o que independeu das fronteiras regionais. É nesse espaço que os traços constitutivos da sociedade contemporânea se reproduzem de modo mais intenso, expressando as alterações havidas nos domínios socioculturais.

Importa, contudo, ressaltar a primazia alcançada por Porto Alegre no conjunto dos municípios metropolitanos do País. Porto Alegre experimentou o valor mais expressivo no ICG, refletindo a maior incidência, nesta metrópole, das transformações que se processaram na família e na condição da mulher, com repercussões sobre as relações de gênero. Esse resultado colocaria em xeque a imagem de uma Porto Alegre conservadora e refratária às inovações, que seria, em última instância, expressão de um estado assentado em uma forte tradição patriarcal.

Em 1962, Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir foram impedidos de ir a Porto Alegre porque “não eram modelos de virtude e de casal” (Stein, 1993). Trinta anos depois, a cidade de Porto Alegre assume, sob certos aspectos, a liderança das transformações ocorridas na família e na condição feminina, suplantando, inclusive, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. A procura de explicações para essa liderança se constitui em um desafio instigante. Neste artigo, pretende-se levantar algumas hipóteses que contribuam para o entendimento dessa questão. Para tanto, examinar-se-ão alguns aspectos daquelas transformações, tomando-se como referência os indicadores que serviram de base para a construção do ICG.

Esses indicadores estão referidos a duas dimensões básicas. A primeira trata da dimensão da família, compreendendo cinco indicadores, que versam sobre a instabilidade das uniões, o adiamento da formação dos casais, a constituição das uniões sem vínculos legais, a mudança nos padrões da reprodução biológica e os arranjos familiares alternativos ao modelo de família assentado na ética do provedor. A segunda dimensão está relacionada aos aspectos referentes à condição feminina, sendo constituída por sete indicadores, os quais dizem respeito ao celibato feminino, à liderança doméstica feminina, ao diferencial etário entre os cônjuges, ao diferencial de escolaridade entre os cônjuges, à integração da cônjuge com filhos pequenos à esfera pública do trabalho, à mudança no padrão ocupacional feminino e à provisão da família.

* Saint-Hilaire.

** Socióloga, Doutora em Sociologia pelo IUPERJ e Professora Adjunta da UFRJ. A autora agradece ao Sociólogo Salvatore Santagada, da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, pelo acesso à bibliografia sobre Porto Alegre, que foi de grande valia para a feitura deste artigo.

¹ Sistema Integrado de Indicadores de Gênero nas Áreas de Trabalho e de Educação: Uma Proposta de Construção de um Índice Cultural de Gênero (UNIFEM/GTZ/IBAM).

Cabe ressaltar que só puderam ser examinados aqueles aspectos que foram contemplados pelo inquérito censitário e que são passíveis de mensuração. Dessa forma, alguns traços relevantes da transformação havida no campo das relações entre os gêneros, como, por exemplo, os nascimentos ocorridos fora do casamento² e a mudança processada no significado do casamento, não puderam ser objeto de investigação.

1 - As mudanças na família e na condição feminina: algumas indicações

A redefinição levada a efeito na condição feminina no período pós-guerra talvez tenha sido uma das mudanças mais generalizadas e permanentes do século XX. Essa redefinição, que no Brasil alcançou especial expressão ao longo da década de 70, se manifestou mais claramente na expansão da atividade feminina, sobretudo entre as mulheres casadas das camadas média e alta da população (Oliveira, 1997).

É preciso lembrar que a mulher brasileira dessas camadas sociais ainda estava muito confinada à esfera doméstica no início do século XX, o que contrastava com a realidade vivida pelas mulheres norte-americanas e européias durante essa mesma época. Alguns visitantes estrangeiros compararam a vida das mulheres brasileiras com a das inglesas e a das norte-americanas, destacando que estas últimas tinham maior visibilidade fora do âmbito familiar (Hahner, 1990). Dessa forma, a identidade social das mulheres brasileiras era dada, durante aquele período, apenas pelo seu papel na família.

As transformações modernizantes, após 1930, possibilitaram a configuração de uma nova feição da condição feminina para as mulheres desse segmento social. Elas tiveram o seu papel social redefinido à luz das mudanças ocorridas na família e nas condições sociais e econômicas. Elas conquistaram direitos políticos, asseguraram o acesso à educação e passaram a ganhar o espaço público do trabalho. O estabelecimento do novo padrão de atividade feminina permitiu a passagem da mulher das camadas médias do *status* anterior de esposa e de mãe para o *status* de trabalhadora. A busca de uma identidade própria e do reconhecimento social dessa identidade tiveram um impacto profundo sobre o modelo dominante de família baseado na ética do provedor.

O trabalho extradoméstico, que era tido, até então, como uma atribuição masculina, passou a integrar o cotidiano feminino das mulheres das camadas médias, fazendo com que elas passassem a assumir o desafio da conciliação casa-trabalho, o que trouxe conseqüências evidentes para as relações entre os gêneros. O celibato, a “chefia feminina”, as separações e os recasamentos transformaram-se em eventos cada vez mais freqüentes na vida das mulheres, indicando um enfraquecimento da “codificação do masculino e do feminino no espaço privado” (Singly, 1995).

Em decorrência dessas transformações, o tipo de família assentado na divisão dos papéis sexuais homem-provedor e mulher-dona-de-casa entrou em crise a partir das três últimas décadas. Atualmente, já não ocorre mais a separação entre as esferas pública e privada na vida da maior parte das mulheres. Elas estão cada vez mais integradas ao espaço público na qualidade de trabalhadora extradomiciliar, de co-provedora ou de provedora do grupo familiar. A crise verificada nesse tipo de família correspondeu, em grande medida, à rápida e profunda mudança cultural levada a efeito nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Essa mudança resultou de uma articulação efetuada entre quatro aspectos básicos (Castells, 1999). O primeiro refere-se às transformações que tiveram lugar na economia e no mercado de trabalho em combinação com a ampliação das oportunidades educacionais para as mulheres. Em seguida, destacam-se as inovações tecnológicas no campo da reprodução humana. O terceiro aspecto diz respeito à atuação crítica do movimento feminista, que conseguiu assegurar a sua especificidade no cenário dos demais movimentos sociais. Por fim, o último aspecto trata da rápida difusão dos valores em uma cultura globalizada.

² Não foi possível associar os nascimentos aos eventos de casamento.

A combinação desses quatro aspectos acarretou uma acentuada modificação nas relações de gênero. Essa modificação, que ocorreu, sobretudo, no espaço privado da vida social, correspondeu a uma alteração digna de nota nos costumes, na sexualidade e no casamento, afetando, de forma marcante, o padrão de família que era dominante durante os anos 50 (Castells, 1999).

“Podem existir diferenças de pormenor entre uma sociedade e outra, mas em quase todo o mundo industrializado se verificam as mesmas tendências. Só uma minoria vive agora de acordo com aquilo que poderíamos chamar a família-padrão dos anos cinqüenta, isto é, pai e mãe que vivem juntos com os filhos do matrimônio, em que a mulher é dona-de-casa em tempo integral, e o marido ganha o sustento de toda a família”. (Giddens, 2000).

A mulher brasileira contemporânea das camadas médias distingue-se, de modo significativo, da mulher brasileira dessa camada social da década de 50. Essa mulher viveu o projeto modernizante e desenvolvimentista dos anos 50 voltada, preferencialmente, para o ideal de “dona-de-casa”. Isso se refletia na identificação da condição feminina com as chamadas “prendas domésticas” (Oliveira, 1997). Nesse sentido, o termo que talvez melhor qualifique o universo da mulher das camadas médias dos anos 50 seja o da domesticidade. Nessa época, as barreiras sociais eram fortes, fazendo com que a mulher não tivesse, via de regra, visibilidade no espaço público fora do casamento e da família. As fotografias da época dificilmente vão mostrar mulheres sem a companhia masculina em ambientes públicos, como restaurantes ou bares.

O número de mulheres separadas ou unidas em “segundas núpcias” não era expressivo. Além do mais, as mulheres que se encontravam na situação de “desquitadas” eram olhadas, muitas vezes, de forma suspeita, sendo discriminadas pelas “donas-de-casa” ou pelas “moças de família” da época. A influência da Igreja Católica não era nada desprezível, moldando de forma significativa os valores que pautavam as regras de comportamento feminino e da sociedade em geral. O ideário católico aceita como natural a submissão da mulher à figura masculina, identificando o seu papel primordial com o domínio privado da família.

Essa situação perdurou no Brasil até os anos 70. As mulheres que já tinham tido um acesso maior à escolaridade ingressaram no mercado de trabalho, o que as levou a questionar a sua situação de domesticidade. O feminismo dos anos 70 identificou a família como a instância geradora das desigualdades de gênero. É nesse espaço que se reproduzem a dominação de gênero e a visão masculina, bem como é onde também se estabelecem a experiência e a legitimidade da divisão sexual do trabalho (Bourdieu, 1999). O questionamento do papel de subordinação da mulher na família fez com que o modelo de “dona-de-casa”, que era tão forte ao longo das décadas anteriores, implicando, inclusive, uma condição de *status*, começasse a experimentar um esvaziamento gradativo (Oliveira, 2001).

O tipo de família homem-provedor e mulher-dona-de-casa vem, portanto, mostrando sinais de mudanças, que se traduzem não apenas pelo declínio de seu tamanho relativo, mas que sugerem transformações profundas em sua natureza. São mudanças que refletem uma verdadeira revolução, uma “revolução simbólica” (Almeida, 1997), que denota a estruturação de novas relações de gênero, que sinalizam no sentido do deslocamento dos homens e das mulheres de seus papéis tradicionais tanto no plano da cultura como no da subjetividade.

A título de ilustração, vale mencionar o fato de que apenas uma quarta parte dos domicílios norte-americanos correspondiam a esse tipo de família durante os anos 90 (Castells, 1999). No Brasil, as evidências têm apontado na mesma direção, sugerindo que a imagem da sociedade já não corresponde mais, de forma inquestionável, ao modelo masculino (Tourraine, 1998). Expressões dessa nova realidade podem ser buscadas no comportamento da nupcialidade legal, que passou de níveis constantes durante a década de 70 para níveis declinantes ao longo dos anos seguintes, ou no crescimento das uniões consensuais nas camadas média e alta da população.

A vida sexual, que antes estava associada ao casamento, tem se tornado cada vez mais independente dos laços matrimoniais (Giddens, 2000). O casamento já não se constitui mais na única forma socialmente aceita de união afetiva. Além disso, a dimensão afetiva-sexual reveste-se, cada vez mais, de significado para o estabelecimento das novas formas de conjugalidade. Destacam-se, ainda, outros sinais de mudanças no espaço privado, a exemplo do crescimento do número de divórcios, das uniões consensuais, dos nascimentos fora do casamento, da diminuição do número de filhos, do espaçamento do nascimento dos filhos e do aumento da idade média ao casar, dentre outros.

2 - Os fatores de mudança: o caso de Porto Alegre

A análise dos aspectos constitutivos do Índice Cultural de Gênero revelou que o Município de Porto Alegre experimentou um bom posicionamento na maioria dos indicadores que visaram medir as mudanças ocorridas na família e na condição da mulher, o que explica a sua primazia no conjunto dos municípios metropolitanos brasileiros. Quanto à dimensão da família, Porto Alegre obteve a primeira colocação em dois dos cinco indicadores que foram examinados. O primeiro referiu-se à razão que objetivou analisar a relação entre os arranjos domiciliares que se contrapõem às famílias assentadas na ética do provedor e esse modelo familiar. Entre os arranjos domiciliares, estão as famílias com um único progenitor e filhos, nas quais a maior incidência está relacionada às famílias com a presença da mãe e filhos, as unidades domésticas unipessoais e as unidades domésticas constituídas por duas ou mais pessoas sem laços de parentesco entre si.

O fato de Porto Alegre ter alcançado, nesse indicador, o valor mais elevado de todos os municípios metropolitanos brasileiros revela o menor predomínio, nessa cidade, do modelo de família homem-provedor e mulher-dona-de-casa, assentado na rigidez dos papéis masculino e feminino. Este resultado reflete, em contrapartida, a maior representatividade das unidades domésticas de natureza unipessoal ou com liderança feminina na metrópole porto-alegrense.

O outro indicador no qual Porto Alegre obteve a primeira colocação, juntamente com os Municípios do Rio de Janeiro e de Recife, trata da instabilidade das uniões. Esse indicador expressa a insatisfação com o modelo tradicional de casamento e a transferência para a vida privada da idéia de igualdade de oportunidades, de maior autonomia e de liberdade pessoal (Torres, 1996). Na base do aumento do número de separações, visualiza-se uma mudança mais abrangente nas práticas sociais, que resulta da estruturação de novos *habitus* de gênero, que se opõem aos papéis sexuais hierarquizados dentro da família. Em 1991, cerca de 15,0% da população de Porto Alegre já havia se separado ou se unido mais de uma vez.

A mudança nos padrões da reprodução biológica foi outro aspecto examinado na dimensão sobre a família. Em 1991, o número médio de filhos tidos nascidos vivos das mulheres de 15 a 45 anos de idade era de 1,7 no Brasil urbano. Essa relação assumiu o valor de 1,31 no Município de Porto Alegre, situando-se acima apenas do Município do Rio de Janeiro (1,30). Nos demais municípios metropolitanos do País, os níveis de fecundidade foram invariavelmente mais elevados, o que também denota a liderança de Porto Alegre, junto com o Rio de Janeiro, quanto a esse aspecto. Foi durante os anos 70 que se consolidou a redução verificada nos níveis de fecundidade das mulheres brasileiras. Essa redução foi propiciada, em grande parte, pelo aumento da escolaridade, sobretudo feminina, pela maior exposição da população aos métodos contraceptivos, pelo incremento da atividade econômica da mulher, pelo aumento das opções de consumo, ou pela deterioração dos níveis de vida da população.

No que diz respeito às uniões sem vínculos legais, Porto Alegre obteve a terceira colocação entre todos os municípios metropolitanos brasileiros; ou seja, 46,0% das mulheres cônjuges porto-alegrenses de 20 a 24 anos de idade que viviam em famílias com rendimento familiar médio mensal *per capita* de meio salário mínimo ou mais estavam unidas consensualmente em 1991, refletindo a menor influência da legitimação jurídica sobre as novas configurações familiares nessa cidade. A maior incidência das uniões sem vínculos legais expressa,

em grande medida, a disseminação dessa prática para os segmentos médios da população, mostrando, por sua vez, a emergência da idéia de intimidade, de uma relação fundada em laços emocionais que se contra-põem à idéia de casamento (Giddens, 2000). Essa é uma idéia nova, que vem se tornando cada vez mais usual, principalmente entre os casais mais jovens e entre os adultos de idade mais madura egressos de casamentos anteriores.

O terceiro lugar foi também ocupado por Porto Alegre, juntamente com São Paulo, no que se refere ao indicador sobre o adiamento da formação dos casais. Enquanto a idade média ao casar se situava em torno de 21 anos no Brasil em 1991, na cidade de Porto Alegre cerca de 39,0% das mulheres cônjuges de 15 anos ou mais de idade se casaram com 24 anos ou mais de idade. A busca pela liberdade individual, as dificuldades financeiras ou as maiores possibilidades de fazer carreira em níveis competitivos aos da população masculina têm levado essas mulheres a postergarem o casamento.

Quanto à dimensão que visou mensurar as transformações verificadas na condição da mulher, o Município de Porto Alegre atingiu a primeira colocação em dois dos indicadores que foram examinados. Esses indicadores se referem à liderança doméstica feminina e ao trabalho extradomiciliar da cônjuge com filhos pequenos.

A liderança doméstica feminina não é um fenômeno novo na sociedade brasileira. Há relatos de historiadores que identificaram a presença de famílias “chefiadas por mulheres” no País durante o período colonial (Pena, 1981). Sob a rubrica “chefe de família”, encontram-se mulheres que estão nessa condição em decorrência da dissolução do casamento ou da inexistência de cônjuge devido a sua morte ou à situação de celibato. Embora em termos numéricos a viuvez seja a causa mais representativa para esse tipo de família, o seu crescimento está relacionado, principalmente, ao aumento das separações e dos divórcios.

O cálculo desse indicador mostrou que, enquanto a liderança doméstica feminina nas famílias com rendimento médio mensal *per capita* de meio salário mínimo ou mais ficou em torno de 20,0% no Brasil urbano em 1991, em Porto Alegre esse tipo de família experimentou a proporção mais elevada (29,5%) dos municípios metropolitanos do País na mesma data.

A liderança de Porto Alegre no contexto metropolitano brasileiro foi ainda exercida quanto ao indicador sobre a atividade extradomiciliar das cônjuges que trabalham e que têm filhos com até 12 anos de idade. Cerca de 47,59% das cônjuges com filhos pequenos estavam inseridas no mercado de trabalho de Porto Alegre em 1991. O diferencial entre a primeira e a segunda colocação, que foi ocupada pela Cidade de Belo Horizonte, foi de aproximadamente 6,0%, indicativa da maior propensão manifestada pelas mulheres de Porto Alegre pelo trabalho extradomiciliar, mesmo nas fases mais desfavoráveis de seu ciclo de vida familiar.

A incorporação da mulher e, em particular, da cônjuge no mercado de trabalho resultou de uma série de fatores, voltados principalmente para o aumento dos níveis de escolaridade da mulher, para a redução de seus níveis de fecundidade, bem como para a expansão do emprego, sobretudo na área de serviços. Essa incorporação representou a trajetória de mulheres de distintos setores sociais. De um lado, as mulheres de baixa renda, que tiveram que se inserir no mercado de trabalho para garantir a sobrevivência do grupo familiar, e, de outro, as mulheres das camadas média e alta, que ingressaram na atividade econômica com vistas à busca de realização profissional, ou visando à garantia de um nível de consumo ameaçado pelas mudanças econômicas em curso no País.

Vale assinalar que o processo de inserção da mulher e da cônjuge no mercado de trabalho tem se dado de modo mais intenso em Porto Alegre. Dados do **Censo Demográfico de 1980** já mostravam que, enquanto as taxas de atividade das mulheres de 10 anos e mais de idade eram de 37,2% e de 32,9% nas Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, no Município de Porto Alegre essa taxa atingiu o patamar de 41,2% (Oliveira, Vianna, 1987). O mesmo padrão foi mantido quando se tomou como referência a taxa de atividade das mulheres casadas em idade reprodutiva para a área metropolitana de Porto Alegre em 1980. Fica evidenciado que o valor dessa taxa foi da ordem 40,0% para essa área metropolitana, ao passo que, para as áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, ela ficou em torno de 29,0%.

Cabe, ainda, fazer menção ao diferencial de escolaridade existente entre os cônjuges, o qual é favorável às mulheres. Ou seja, cerca de 19,0% das mulheres cônjuges porto-alegrenses com oito anos ou mais de estudo tinham mais escolaridade do que os seus maridos. Essa proporção só é inferior à apresentada por Brasília (20,47%), cabendo, portanto, a Porto Alegre o segundo lugar quanto a esse indicador em conjunto com o Município de Goiânia. A escolaridade constitui-se em um dos fatores-chave para a compreensão da mudança na condição da mulher. O acesso das jovens ao ensino de segundo grau e ao universitário contribuiu para redefinir as vias de realização pessoal feminina, atuando no sentido de diminuir os efeitos dos antigos *habitus* de gênero, baseados no papel tradicional da mulher na vida social.

Em suma, a Cidade de Porto Alegre experimentou valores expressivos na maior parte dos indicadores, que refletiram as transformações havidas na família e na condição feminina, com impactos evidentes sobre as relações de gênero. A intensidade dessas transformações superou a apresentada pelas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, trazendo interrogações sobre esse resultado. Como explicar a liderança de Porto Alegre, vista como uma metrópole provinciana e tímida (Scliar, 1993)? Ao meu juízo, algumas hipóteses podem ser levantadas, visando tanto à procura de resposta para essa indagação como também nortear a realização de trabalhos futuros que objetivem o aprofundamento dessa questão.

A primeira delas trata da influência exercida pela cultura alemã para a formação da metrópole porto-alegrense. Singer (1968) mostrou que a evolução de Porto Alegre guardou estreita relação com a colonização alemã. Essa relação já havia sido identificada por Saint-Hilaire, que chamou atenção para a forte influência alemã em Porto Alegre, bem como por Ave-Lallemant, que chegou a afirmar que Porto Alegre “era meio germanizada” (Gans, 2000).

Os imigrantes alemães tiveram uma importância marcante na história de Porto Alegre. Eles fundaram sociedades recreativas, criaram instituições de lazer e de ensino próprias, comunidades religiosas, teatros e cafés-concerto, transplantando costumes e tradições para essa cidade. A origem social desses imigrantes permitiu, por outro lado, uma melhor inserção no mercado de trabalho, sobretudo nas atividades comerciais voltadas para importação, alimentação, moda e vestuário. Esse contingente populacional, que era sobretudo de origem urbana, mantinha contatos estreitos com a cultura alemã, o que propiciou, em grande medida, uma maior proximidade com os padrões da modernidade europeia.

Contudo o ponto que interessa registrar diz respeito a uma concepção de identidade étnica que serviu para orientar os padrões de comportamento dos imigrantes alemães e de seus descendentes e que se disseminou pelo espaço porto-alegrense, na qual tinham destaque o sentimento de superioridade do trabalho alemão e a valorização do trabalho da mulher (Seyferth, 1982). A ética do trabalho é um dos elementos-chave do universo cultural alemão, constituindo-se em uma das marcas de diferenciação entre os integrantes desse grupo étnico e os luso-brasileiros (Seyferth, 1982). A crença em uma capacidade superior de trabalho e na maior eficiência do trabalho alemão refere-se tanto às mulheres como aos homens alemães.

O trabalho da mulher era, assim, valorizado e incentivado tanto na pequena propriedade rural como nas empresas familiares urbanas de natureza industrial ou comercial. Ele era considerado fundamental para a subsistência da família. Nesse sentido, a mulher assumia um papel importante como força de trabalho (Seyferth, 1982). Essa concepção se distanciava, de forma considerável, do papel socialmente construído da mulher, voltado apenas para as atividades reprodutivas e que adquiriam, por sua vez, a natureza de não-trabalho. O papel socialmente construído da mulher demarca, claramente, a sua posição no mundo privado da família.

A idealização do trabalho feminino na cultura alemã foi, portanto, um fator que contribuiu para a maior propensão manifestada pelas mulheres porto-alegrenses para o trabalho extradomiciliar. Esse fato é, ao meu juízo, o elemento central para explicar a maior intensidade das transformações ocorridas na família e na condição da mulher na metrópole de Porto Alegre. A entrada significativa da mulher no mercado de trabalho, em particular da cônjuge, a partir dos anos 70, representou a falência do modelo de família assentada na ética do provedor, criando, por sua vez, as condições para que a mulher pudesse modificar a sua condição de subordinação na família e na vida social. O acesso da mulher à esfera pública do trabalho permitiu a realização

de outras mudanças, como o adiamento do casamento, a formação dos relacionamentos sem casamento, a dissolução das uniões, a maior permanência na condição de solteira, dentre outras.

Assim, a incorporação da mulher no mercado de trabalho teve um impacto profundo sobre a família, com repercussões nas relações de gênero. Os valores culturais que foram transmitidos pela cultura alemã e que tiveram uma influência considerável sobre a formação da metrópole de Porto Alegre contribuíram, em grande medida, para o maior envolvimento das mulheres porto-alegrenses com o mundo do trabalho. E foi esse envolvimento que impulsionou, ao meu ver, as mudanças mais intensas empreendidas pelas mulheres porto-alegrenses no contexto metropolitano.

A segunda hipótese, que guarda, porém, estreita associação com a maior vinculação das mulheres porto-alegrenses com o mundo do trabalho refere-se à escolaridade. É sabido que Porto Alegre se destaca das demais cidades brasileiras em razão da qualidade de seu sistema de ensino, que data do século XIX e que propiciou um maior acesso, tanto dos homens quanto das mulheres, aos diversos níveis de ensino. O acesso a níveis mais elevados de escolaridade proporciona valores, interesses e aspirações diferenciadas, que acabam influenciando nas pautas conjugais e reprodutivas. São as mulheres mais escolarizadas que apresentam uma gama maior de opções fora de casa, que têm uma maior propensão para ingressar no mercado de trabalho e que reúnem, por outro lado, condições mais amplas para questionar o seu papel de subordinação na vida social e, em particular, os papéis hierarquizados dos homens e das mulheres no interior da família.

É preciso, ainda, lembrar da proximidade geográfica e intelectual de Porto Alegre com os países do Prata, o que contribui para um intercâmbio cultural que pode favorecer, em grande medida, a disseminação de valores modernizantes nessa metrópole.

Por fim, é necessário ressaltar que, coexistindo com as mudanças processadas na condição feminina, se vislumbram também permanências que continuam impedindo a concretização do ideal igualitário entre os homens e as mulheres nesta cidade. Um dos aspectos dessas permanências refere-se à maior dificuldade encontrada pelas mulheres trabalhadoras porto-alegrenses de ingressarem nos cargos de gerência e de comando da estrutura ocupacional. É verdade que ainda não é fácil para a mulher a entrada nos cargos gerenciais e de comando. Essas funções são estruturadas por gênero, mostrando uma conformação essencialmente masculina. Mas, de qualquer forma, a representatividade das trabalhadoras porto-alegrenses continua baixa nessas funções, se comparada, por exemplo, com as mulheres trabalhadoras de Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Fortaleza. Desse modo, embora as conquistas tenham sido muitas, há ainda um caminho a percorrer na direção da efetiva transformação da condição das mulheres porto-alegrenses.

Bibliografia

ALMEIDA, Marlise. **Pierre Bourdieu e o gênero**: possibilidades e críticas. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997. (Série Estudos 94).

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: a economia, sociedade e cultura. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999. v. 2.

GANS, R. Magda. Presença teuta em Porto Alegre no 'século dezenove (1850-1889) In: PORTO Alegre dissertações e teses III. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000. (Cadernos Porto & Vírgula 18).

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Editora Presença, 2000.

HAHNER, June. **Emancipating the female sex: the struggle for women's rights in Brazil, 1850-1940.** London: Duke University, 1990.

OLIVEIRA, L. C. Zuleica, VIANNA, Márcia Segadas. Trabalho feminino e a situação familiar da mulher nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 50, n. 2, abr./jun. 1988.

OLIVEIRA, L. C. Zuleica. A crise e os arranjos familiares de trabalho urbano. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Mujer y crisis.** Caracas: Nueva Sociedad y Mudar, 1990

OLIVEIRA, L. C. Zuleica. **Sistema integrado de indicadores de gênero nas áreas de trabalho e educação:** uma proposta de construção de um índice cultural de gênero. [s.l.]: UNIFEM/GTZ/IBAM, 2001. (mimeo).

OLIVEIRA, L. C. Zuleica. **Tempos de mudança:** o trabalho de escritório sob novas configurações e antigos formatos (os dilemas da cidadania das mulheres). Tese (Doutorado em sociologia) - IUPERJ, Rio de Janeiro. 1997.

PENA, Maria Valeria J. **Mulheres e trabalhadoras:** presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SCLIAR, Moacyr. Os mistérios de Porto Alegre. In: SOBRE Porto Alegre. [Porto Alegre]: Editora da Universidade, SEC/RS, 1993.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica, a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do vale do Itajaí.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. 1982

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Companhia Editora Nacional; Universidade de São Paulo, 1968.

SINGLY, F. As rivalidades entre os sexos na França contemporânea. In: DUBY, Georg, PERROT, Michelle (orgs.) **As mulheres e a história.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

STEIN, Ernildo. Fragmentos da biblioteca de um troglodita. In: SOBRE Porto Alegre. [Porto Alegre]: Editora da Universidade, SEC/RS, 1993.

TORRES, Anália. **Divórcio em Portugal, ditos e interditos, uma análise sociológica.** Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1996.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.